

PLANO NACIONAL DÁ ÁGUA

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA 1ª FASE

Lisboa, 14 e 15 de Maio de 2001

Parque das Nações

Pavilhão do Futuro - Sala Atlas

PROGRAMA



MINISTÉRIO DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**INSTITUTO
DA ÁGUA**

Av. Almirante Gago Coutinho, 30

1049 - 066 Lisboa

Tel: 21 843 00 00 Fax: 21 847 35 71

E-mail: inforag@inag.pt

[Http://www.inag.pt](http://www.inag.pt)

PROGRAMA

14 de Maio

09:30h - 10:15h

Sessão de Abertura

Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território
Engº C. Mineiro Aires, Presidente do Instituto da Água
Engº Eira Leitão, Secretário-Geral do Conselho Nacional da Água
Engº Adérito Mendes, Coordenador do Plano Nacional da Água

10:15h-10:30h

Intervalo

10:30h-11:30h

QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL

Oradores: Dr. José Cunhal Sendim

Engº Amilcar Ambrósio

Comentador: Engº Evaristo da Silva

11:30h-12:00h

RELAÇÕES LUSO-ESPANHOLAS

Orador: Engº Pedro Serra

Comentador: Prof. A. Gonçalves Henriques

12:00h-13:00h

Debate

14:30h-15:30h

RECURSOS HÍDRICOS: DISPONIBILIDADES E UTILIZAÇÕES

Oradores: Prof. Rodrigo Oliveira

Prof. Luís Ribeiro

Comentadores: Prof. António Pinheiro

Prof. Manuel Oliveira

15:30h-16:15h

QUALIDADE DA ÁGUA

Orador: Prof. A. Carmona Rodrigues

Comentador: Prof. Fernando Santana

Debate

16:15h-16:45h

ECOSSISTEMAS

Oradores: Prof. Ilídio Moreira

Prof. Alexandre Bettencourt

Prof. João Bernardo

Comentador: Prof. Francisco Ferreira

17:30h-18:00h

RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL

Orador: Engª Fernanda Rocha

Comentador: Prof. Luís Valadares Tavares

18:00h-18:30h

Debate

15 de Maio

09:30h- 10:00h **ZONAS COSTEIRAS**

Orador: Prof. Veloso Gomes

Comentador: Doutor Pedro Bettencourt

10:00h- 10:30h **DOMÍNIO HÍDRICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Orador: Prof. Paulo Correia

Comentador: Prof. J. Poças Martins

10:30h-11:00h Debate

11:00h-11:15h Intervalo

11:15h-11:45h

MONITORIZAÇÃO

Orador: Engº Rui Rodrigues

Comentador: Prof. João Ribeiro da Costa

11:45h-12:15h **ECONOMIA DA ÁGUA**

Orador: Engº António Alves

Comentador: Prof. Rui Ferreira dos Santos

12:15h-12:45h Debate

14:30h-14:50h

SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO E GRANDES OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Orador: Engº Adérito Mendes

MESA REDONDA:

14:50h-16:30h

OS PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA E O PLANO NACIONAL DA ÁGUA

Moderador: Engº C. Mineiro Aires

Engº Mário Lino Correia, Prof. F. Nunes Correia,

Prof. L. Veiga da Cunha, Dr. J. Marques Ferreira,

Engº João Gonçalves, Engº Eira Leitão e

Prof. José Luís Teixeira

16:30h-17:00h **Sessão de Encerramento:**

Engº C. Mineiro Aires - INAG

Prof. António Brito - DROTRH, Açores

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

ZONAS COSTEIRAS - 1ª Fase

F. Veloso Gomes

- **OS POOCs FAZEM UMA DELIMITAÇÃO DE ZONAS AMEAÇADAS PELO MAR NEM SEMPRE COERENTE MAS QUASE SEMPRE OPTIMISTA.**
- **AS PRESSÕES PARA A EDIFICABILIDADE EM ZONAS SENSÍVEIS E DE RISCO CONTINUAM A SER MUITO INTENSAS.**
- **É NO ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO E DOS PLANOS DE PORMENOR PREVISTOS QUE TERÁ DE INCIDIR A MÁXIMA ATENÇÃO.**
- **POR RAZÕES DE NATUREZA CIENTÍFICA, CONTINUA A SER MUITO LIMITADA A CAPACIDADE DE PREVISÃO DA EVOLUÇÃO A MÉDIO E LONGO PRAZO DE PRAIAS, DUNAS E ILHAS - BARREIRA.**
- **PARA ALÉM DESTA LIMITAÇÃO, PERDERAM-SE MUITOS ANOS DE CARACTERIZAÇÕES HIDROMORFOLÓGICAS (NOMEADAMENTE E NO MÍNIMO LEVANTAMENTOS TOPO-HIDROGRÁFICOS) ESSENCIAIS À QUANTIFICAÇÃO, COMPREENSÃO E PREVISÃO DOS FENÓMENOS.**
- **O PLANO GERAL DE MONITORIZAÇÃO DA FISIOGRAFIA COSTEIRA, EM FASE DE ELABORAÇÃO, AO PERMITIR DEFINIR UMA ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO DA COSTA CONTINENTAL PORTUGUESA A LONGO PRAZO E O ENQUADRAMENTO E ELEMENTOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO PLANEAMENTO E EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO GLOBAL DA FISIOGRAFIA A CURTO E MÉDIO PRAZO, VIRÁ A CONSTITUIR OUTRO MARCO IMPORTANTE NO DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA PARA A ZONA COSTEIRA.**

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

ZONAS COSTEIRAS - 1ª Fase

F. Veloso Gomes

Erosões, Zonas de Risco e Monitorização Fisiográfica

ESTÃO PUBLICADOS POR DIVERSAS FONTES DADOS DEMONSTRATIVOS DE QUE NAS FAIXAS COSTEIRAS PORTUGUESAS SE VERIFICA UM RECUO GENERALIZADO DA "LINHA DE COSTA".

AS EROSÕES VERIFICARAM-SE COM GRANDE INTENSIDADE EM DIVERSOS TROÇOS COSTEIROS IDENTIFICADOS E, APESAR DA EXISTÊNCIA DE ESPORÕES E DE OBRAS ADERENTES, A SITUAÇÃO CONTINUA A SER CRÍTICA.

As causas das erosões estão associadas ao enfraquecimento de fontes aluvionares (aproveitamentos hidroeléctricos, construção de quebramares, extracção de areias, dragagens e canais de navegação), **urbanização** (construções nas zonas de interacção fisiográfica, esporões e obras aderentes, aterros sobre praias, destruição de dunas), **subida generalizada do nível médio das águas do mar**, havendo ainda hipóteses de ocorrência de movimentos de **neo-tectónica** e de **alterações meteorológicas**. A subida generalizada do nível médio das águas do mar constitui uma preocupação à escala internacional, com previsíveis efeitos preocupantes num horizonte de algumas dezenas de anos exigindo, desde já, a sua consideração em termos de ordenamento.

A SEGURANÇA DE FRENTES EDIFICADAS EM RELAÇÃO ÀS ACCÕES ENERGÉTICAS DO MAR (EROSÕES, GALGAMENTOS) TEM SIDO REMETIDA PARA AS OBRAS DE DEFESA (SE EXISTENTES) OU IGNORADA NUMA VISÃO ESTÁTICA DA SITUAÇÃO (HORIZONTE TEMPORAL CURTO).

Mas as obras de defesa, além de constituírem uma artificialização são bastante vulneráveis a acontecimentos extremos, a acontecimentos persistentes e exigem **frequentes operações de recarga, manutenção e reparação**. Salienta-se que até há poucos anos estas últimas operações foram quase inexistentes, induzindo a progressão rápida dos danos e situações de risco inaceitáveis nas zonas edificadas adjacentes.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

ZONAS COSTEIRAS - 1ª Fase

F. Veloso Gomes

POR OUTRO LADO, HÁ ACTIVIDADES QUE AFECTAM AS ZONAS COSTEIRAS E QUE NÃO SE ENQUADRAM EM UNIDADES GEOGRÁFICAS DE GESTÃO ASSOCIADAS A BACIAS HIDROGRÁFICAS.

- É O CASO DOS EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS COM ORIGEM NO TRÁFEGO MARÍTIMO INTERNACIONAL E EM ACIDENTES COM NAVIOS.**
- É TAMBÉM O CASO DAS CARGAS POLUENTES EMITIDAS PARA A ATMOSFERA E QUE AFECTAM ÁREAS AFASTADAS DO LOCAL DA EMISSÃO.**

O PROBLEMA DA POLUIÇÃO COM ORIGEM NO TRÁFEGO MARÍTIMO, APESAR DAS INICIATIVAS INSERIDAS

**NO ACORDO DE LISBOA (1990),
NO PROGRAMA ENVIREG (1990 A 1993)
E NO PROGRAMA MAR LIMPO (1993),**

CONTINUA A EXIGIR INICIATIVAS PARA A REDUÇÃO DOS RISCOS POTENCIAIS E CONSEQUÊNCIAS DO TRÁFEGO E DE ACIDENTES QUE ULTRAPASSAM O ÂMBITO TERRITORIAL E O QUADRO JURÍDICO NACIONAL.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA ZONAS COSTEIRAS - 1ª Fase

F. Veloso Gomes

OS CONTRIBUTOS PARA A TÃO DESEJADA PRESERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DOS MEIOS HÍDRICOS NO LITORAL TERÃO DE INCLUIR UMA DISCUSSÃO APROFUNDADA SOBRE A EXPANSÃO OU NÃO DAS FRENTES EDIFICADAS AO LONGO DAS ZONAS RIBEIRINHAS

(NOS PLANOS MUNICIPAIS APROVADOS, FREQUENTEMENTE A EDIFICABILIDADE FOI, CONSCIENTEMENTE OU NÃO, CONSIDERADA COMO O VECTOR ORIENTADOR)

E SOBRE A NECESSIDADE DE REMODELAR E EXECUTAR INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO COM CONCEPÇÕES ADEQUADAS À CAPACIDADE DOS MEIOS RECEPTORES.

ÀS RIBEIRAS E LINHAS DE ÁGUA LITORAIS ESTÃO ASSOCIADAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PEQUENA DIMENSÃO

- AS BACIAS E OS PRÓPRIOS LEITOS ENCONTRAM-SE NA GENERALIDADE MUITO ARTIFICIALIZADOS E COM PROBLEMAS MUITO GRAVES DE QUALIDADE DE ÁGUA POR SEREM, NA ESMAGADORA MAIORIA DAS SITUAÇÕES, UTILIZADAS INDEVIDAMENTE COMO MEIOS RECEPTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS, ÁGUAS PLUVIAIS CONTAMINADAS E LIXOS.
- OS PROBLEMAS DA INSTABILIDADE DOS SEUS LEITOS E DA VARIAÇÃO DE COTAS DA ÁGUA, EM CONFLITO COM AS MARGENS OCUPADAS E ESTRANGULADAS PELA CRESCENTE EDIFICAÇÃO E A TENTATIVA DE CAMUFLAR O MAU ASPECTO ORGANOLÉPTICO TÊM "JUSTIFICADO" A SUA CANALIZAÇÃO INDISCRIMINADA.
- TERÁ DE OCORRER UMA COMPLETA INVERSÃO DA ACTUAL SITUAÇÃO, (ACÇÕES DE DESPOLUIÇÃO, REDUÇÃO E TRATAMENTO NA FONTE E DE RENATURALIZAÇÃO).

OS GRANDES SISTEMAS DE SANEAMENTO EM CONSTRUÇÃO OU QUE RECENTEMENTE INICIARAM O FUNCIONAMENTO DARÃO UM INEGÁVEL CONTRIBUTO PARA A DESPOLUIÇÃO.

MAS SUBSISTEM MUITOS PROBLEMAS DE INEXISTÊNCIA DE COLECTORES PÚBLICOS SEPARATIVOS, INÚMERAS DESCARGAS CLANDESTINAS, AUSÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE TRATAMENTO QUER DE ÁGUAS URBANAS QUER DE ÁGUAS INDUSTRIAIS, PECUÁRIAS, POLUIÇÃO DIFUSA.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

ZONAS COSTEIRAS - 1ª Fase

F. Veloso Gomes

OS PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA, NO QUE RESPEITA À PROBLEMÁTICA DAS ZONAS COSTEIRAS, DEVERIAM TER INCLUÍDO (OU APROFUNDADO MAIS):

- **Inventariação e análise da informação hidrogeológica, hidrodinâmica, fisiográfica e ecológica disponível em relação às zonas estuarinas e lagunares.**
- **Estimativas de resíduos sólidos, cargas orgânicas e inorgânicas transportados pelo sistema hídrico para os estuários e Oceano.**
- **Conflitos potenciais entre os utilizadores de recursos hídricos nas bacias e os seus sistemas nos estuários, lagunas e zonas costeiras.**
- **Impactes de situações hidrológicas extremas nos estuários, lagunas e zonas costeiras. Riscos de exposição e medidas de prevenção e protecção.**
- **Impactes e riscos da artificialização dos leitos e margens dos rios e estuários nas zonas costeiras.**
- **Balanços sedimentares para diversos cenários naturais e de intervenção na bacia e nos estuários e lagunas.**
- **Intrusão salina nos estuários, lagunas e margens. Diagnóstico, cenários de progressão e controlo.**
- **Estabelecimento de critérios para a quantificação de caudais ambientais nos estuários e lagunas.**
- **A problemática específica das pequenas ribeiras estuarinas e costeiras.**
- **Integração e articulação do planeamento dos recursos hídricos com os POOCs e outros instrumentos de planeamento e ordenamento (nomeadamente portuários e urbanísticos).**
- **Protecção, requalificação e valorização dos sistemas estuarinos e lagunares.**
- **Propostas de monitorização.**
- **Propostas hierarquizadas de medidas, acções e infra-estruturas para os estuários, lagunas e zonas costeiras associadas aos cenários alternativos considerados a nível de bacia e para diversos horizontes temporais.**

AS DIFICULDADES INERENTES À ELABORAÇÃO DESTES PLANOS TIVERAM ESPECIAL INCIDÊNCIA NA AUSÊNCIA DE ABORDAGEM OU NUMA ABORDAGEM INCOMPLETA DOS ASPECTOS ANTERIORMENTE REFERIDOS.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

ZONAS COSTEIRAS - 1ª Fase

F. Veloso Gomes

Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras

AS CONFIGURAÇÕES HIDROMORFOLÓGICAS DA ORLA COSTEIRA E A QUALIDADE AMBIENTAL SÃO FORTEMENTE INFLUENCIADAS PELOS DIFERENTES PROCESSOS DINÂMICOS NATURAIS E PELAS ACÇÕES E INTERVENÇÕES ANTRÓPICAS.

EM PARTICULAR, OS ESTUÁRIOS, LAGUNAS E SISTEMAS LAGUNARES SÃO MUITO VULNERÁVEIS A ACÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS OU EM CURSO A NÍVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS ONDE ESTÃO INSERIDOS.

OS OBJECTIVOS DE PRESERVAÇÃO E DE REABILITAÇÃO DO MEIO HÍDRICO ULTRAPASSAM LARGAMENTE O ÂMBITO DOS PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA.

EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES A NÍVEL DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- barragens
- desvio de caudais e alteração dos regimes hidrológicos
- extracção e dragagem de sedimentos

COM IMPACTES NAS ZONAS COSTEIRAS E SISTEMAS DE TRANSIÇÃO DE

- redução dos caudais sólidos e de nutrientes
 - progressão da intrusão salina para montante e zonas adjacentes
 - redução da capacidade de auto-renovação dos meios hídricos
 - erosão

QUE NÃO PODERÃO CONTINUAR A SER IGNORADOS NOS ESTUDOS E NO PROCESSO DECISÓRIO.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA ZONAS COSTEIRAS - 1º Fase

F. Veloso Gomes

**MAS O SALDO GLOBAL QUE RESULTOU DA ELABORAÇÃO DOS POOCs
É FRANCAMENTE POSITIVO**

- **PELA INFORMAÇÃO, GEO-REFERENCIADA, REUNIDA EM LARGAS DEZENAS DE VOLUMES,**
- **PELAS REFLEXÕES SUSCITADAS,**
 - **PELA GENERALIDADE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**
 - **PELO DEBATE PÚBLICO PROPORCIONADO.**

O DESENVOLVIMENTO DAS DIFERENTES FIGURAS DE PLANEAMENTO COM IMPLICAÇÕES NAS ZONAS LITORAIS, DESDE QUE CORRECTAMENTE INTEGRADAS, COORDENADAS E APLICADAS PODERÁ POSSIBILITAR UM PASSO DE GIGANTE NA MELHORIA DA GESTÃO DA ZONA COSTEIRA E, IMPLICITAMENTE, DA SUA QUALIDADE AMBIENTAL.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

ZONAS COSTEIRAS - 1º Fase

F. Veloso Gomes

OS POOCs PODEM E DEVEM DESEMPENHAR UM IMPORTANTE PAPEL NA CORRECÇÃO DE DISFUNÇÕES EXISTENTES E NA PREVENÇÃO DE NOVAS DISFUNÇÕES.

A EXPECTATIVA CRIADA EM TORNO DA SUA ELABORAÇÃO FOI ENORME.

MAS SURTIRAM DIFICULDADES E LIMITAÇÕES QUE TÊM DE ESTAR PRESENTES NA SUA IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO:

- As equipas projectistas tiveram de realizar um trabalho de grande extensão e responsabilidade num espaço de tempo relativamente reduzido, frequentemente inferior ao que durou o processo administrativo que antecedeu esse trabalho.
- Não existia um programa de monitorização nem mesmo existia topo-hidrografia de base actualizada nas áreas de intervenção dos POOCs.
- Em diversos domínios e áreas geográficas não existiam estudos de base científicos e técnicos adequados (em qualidade, extensão temporal, densidade espacial) e estudos de investigação que permitissem estabelecer um "estado de referência ambiental" e estabelecer projecções a curto e médio prazo.
- A informação disponível sobre as orlas costeiras, dispersa por muitas instituições, não foi na globalidade tomada acessível em tempo útil às equipas que elaboraram os POOCs.
- A não integração das "áreas de interesse portuário" nas áreas de intervenção dos POOCs, constituiu uma importante limitação a uma abordagem integrada dos problemas da orla costeira, particularmente tendo em consideração que essas áreas e as correspondentes infra-estruturas portuárias se localizam frequentemente em zonas estuarinas, reduzem drasticamente o transporte sedimentar essencial à alimentação de praias, incorporam frentes urbanas e zonas balneares.
- O resultado final de muitas das propostas contidas nos POOCs foi o reflexo das posições assumidas pelos autarcas presentes nas Comissões Técnicas de Acompanhamento. A implementação dos POOCs poderá, em diversos casos, constituir um difícil "puzzle" face à acuidade dos problemas actuais, às expectativas geradas nas propostas dos PMOTs, à existência de uma acentuada conflitualidade de interesses e de utilizadores.
- Subsistem problemas de enquadramento institucional e insuficiências de gestão, mobilização de recursos humanos, técnicos e financeiros adequados à implementação e acompanhamento das propostas contidas nos POOCs.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA ZONAS COSTEIRAS - 1º Fase

F. Veloso Gomes

**NO LIVRO "OS PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA",
EDITADO NO ANO 2000 PELA EUROCOAST-PORTUGAL, INSTITUTO DA ÁGUA E IHRH (FEUP),
APRESENTA-SE UMA SÍNTESE DO CONTEÚDO E ASPECTOS RELEVANTES
CONTIDOS NOS POOCS
(DA AUTORIA DAS EQUIPAS QUE ELABORARAM ESSES PLANOS).**

INCLUEM-SE

**AS CARACTERIZAÇÕES EFECTUADAS NOS ESTUDOS DE BASE,
OS DIAGNÓSTICOS CONTIDOS NO ESTUDO PRÉVIO
E AS PROPOSTAS DE PLANO.**

AS EQUIPAS QUE ELABORARAM OS POOCS TIVERAM

- **COMPOSIÇÕES**
- **E UTILIZARAM METODOLOGIAS ALGO DIFERENCIADAS ENTRE SI,**

O QUE ALIADO

- **ÀS ESPECIFICIDADES DAS ORLAS COSTEIRAS EM ANÁLISE**
- **E ÀS COMPOSIÇÕES E POSICIONAMENTOS DAS DIVERSAS
COMISSÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO,**

**CONDUZIU A PRODUTOS FINAIS COM DIFERENTES
GRAUS DE QUALIDADE, PROFUNDIDADE TÉCNICA E CIENTÍFICA
QUE SE REFLECTIRAM NAS PROPOSTAS APRESENTADAS.**

PLANO NACIONAL DA ÁGUA ZONAS COSTEIRAS - 1º Fase

F. Veloso Gomes

OS PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA - POOCs

(D.L. 309/93 DE 2 DE SETEMBRO, D.L. 218/94 DE 20 DE AGOSTO, D.L. 151/95 DE 24 DE JUNHO, LEI 5/96 DE 29 FEVEREIRO)

SÃO UM PRIMEIRO PASSO PARA UMA GESTÃO INTEGRADA DAS ZONAS COSTEIRAS.

SÃO PLANOS SECTORIAIS QUE DEFINEM OS CONDICIONAMENTOS, VOCAÇÕES E USOS DOMINANTES, A LOCALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO A ESSES USOS (NOMEADAMENTE APOIOS DE PRAIA) E ORIENTARÃO AS ACTIVIDADES ESPECÍFICAS NA ORLA COSTEIRA

(ENTRE A BATIMÉTRICA 30 E UMA ZONA TERRESTRE DE PROTECÇÃO COM UMA LARGURA MÁXIMA NÃO EXCEDENDO 500M A PARTIR DA LINHA LIMITE DAS MARGENS DO MAR),

NUMA PERSPECTIVA DE SALVAGUARDA DE ECOSISTEMAS FUNDAMENTAIS, DE ZONAS ECOLOGICAMENTE SENSÍVEIS E DE RECURSOS EXISTENTES.

FORAM CONCLUÍDOS OS SEGUINTES POOCs:

- CAMINHA - ESPINHO,
- OVAR - MARINHA GRANDE,
- ALCobaÇA - MAFRA,
- CASCAIS- S. JULIÃO DA BARRA,
- SADO - SINES,
- SINES - BURGau,
- BURGau - VILAMOURA.

AINDA NÃO ESTÃO CONCLUÍDOS OS POOCs

- SINTRA - SADO
- VILAMOURA - VILA REAL DE S. ANTÓNIO.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA
ZONAS COSTEIRAS - 1º Fase

AS ZONAS COSTEIRAS PORTUGUESAS, COMO ZONAS DE INTERFACE ENTRE O CONTINENTE E O OCEANO, EVIDENCIAM UMA PROBLEMÁTICA TÍPICA.

AS CRESCENTES PRESSÕES EM TERMOS DE:

- ALTERAÇÕES DE USOS DO SOLO ASSOCIADAS À OCUPAÇÃO URBANA E INDUSTRIAL,
- AUMENTO ACENTUADO DAS ACESSIBILIDADES (PORTOS, AUTOESTRADAS, ARRUAMENTOS MARGINAIS) E DOS FLUXOS DE TRÁFEGO,
- INTENSIFICAÇÃO DOS USOS RECREATIVOS (PRAIAS, DESPORTOS NÁUTICOS)
- SOBRE-EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS VIVOS (PESCAS)

TÊM ORIGINADO:

- UMA DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E SEDIMENTOS, DO SOLO E DO AR,
- UMA ALTERAÇÃO E DEGRADAÇÃO DOS HABITATS NATURAIS,
- ALTERAÇÕES DINÂMICAS SIGNIFICATIVAS (EROSÕES),
- DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÕES PAISAGÍSTICAS,
- ALTERAÇÕES RÁPIDAS DE USOS E COSTUMES,
- UMA CRESCENTE EXPOSIÇÃO DAS POPULAÇÕES E BENS A RISCOS NATURAIS E INDUZIDOS (TEMPESTADES, ACIDENTES, DERRAMES, EXPLOSÕES, CANCROS)
- E UMA SITUAÇÃO DE CONFLITUALIDADE POTENCIALMENTE ELEVADA.